

Eixo Temático ET-03-040 - Meio Ambiente e Recursos Naturais

OS CATADORES DE RESÍDUOS E SEUS VALORES: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DESTES ATORES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Aline Daniele Barbosa da Silva¹, Nallygia Martins Santos¹, Euclides Miranda Silva¹,
Azenate Campos Gomes², Francisca Maria Barbosa³, Allan Gustavo Freire da Silva⁴,
Alecksandra Vieira de Lacerda⁴

¹Graduanda do Curso de Engenharia de Biossistemas - UFCG, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Paraíba.

²Mestre - UFPB, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agronomia – Paraíba.

³Pesquisadora Autônoma, Doutora em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCar.

⁴Professor(a) - UFCG, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Paraíba.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo definir as características sociais e econômicas dos catadores de resíduos no município de Sumé, Paraíba. Os dados gerados foram levantados através de pesquisa bibliográfica, registro fotográfico, visitas aos locais de coleta e aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como os eixos temáticos essenciais da definição do trabalho. As visitas foram realizadas para o reconhecimento dos exercícios dos catadores, sendo estas etapas essenciais para a definição dos atores chave para a aplicação dos questionários e visualização dos elementos centrais do perfil social e econômico. Os resultados apontam um papel significativo executado pelos catadores em relação ao processo de reciclagem, uma vez que o fruto de seu trabalho é o ponto de partida para a oferta de matérias para as indústrias de reciclagem.

Palavras-chave: Educação do ambiente, Resíduo urbano, Cariri paraibano.

INTRODUÇÃO

As marcas que traduzem a relação do homem com a natureza ao longo do processo evolutivo permite observar que desde tempos imemoriais, o ser humano luta pela sua sobrevivência, modelando para isso o meio físico ou consumindo seus recursos naturais, numa infinita busca por riqueza e bem-estar materiais. Assim, a humanidade vem interagindo de forma complexa sobre a biosfera, modificando habitats naturais e colocando novos desafios às atuais e futuras gerações (LACERDA, 2013).

Neste cenário tem-se que a problemática dos resíduos consta na história desde os primeiros vestígios de organização social. Inicialmente não havia necessidade para o homem ter qualquer meio de tratamento de resíduos. As comunidades eram nômades e tinham como meio de subsistência a caça e a colheita de alimentos. Os resíduos existentes eram na sua grande maioria orgânicos, não representando por isso nenhum risco para o ambiente em que essa comunidade se encontrava. Entretanto, a partir do momento que começaram a se tornar sedentários, formando as tribos, vilas e cidades começaram a surgir problemas de ordem ambiental, por não haver conhecimentos e, por conseguinte, hábitos de higiene.

Estes problemas aumentaram com os avanços e as inovações tecnológicas proporcionadas pela revolução industrial, pois permitiram a produção de bens de consumo em quantidade para atender ao crescimento da população urbana ocorrida principalmente pós a II Guerra Mundial, sendo intensificada pela migração da população rural para os centros urbanos. As consequências trazidas por esse crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, aliados a uma intensa exploração dos recursos da biosfera, são inevitáveis. É lançado diariamente no ambiente uma série

de produtos e substâncias artificiais, nas quais o mesmo não é capaz de assimilar. Isto resulta em um conjunto de impactos ambientais.

No Brasil apenas uma pequena quantidade dos resíduos sólidos urbanos são tratados e dispostos corretamente. Na maioria das comunidades os lixões predominam como forma de disposição final de resíduos sólidos. Mesmo os municípios que possuem aterros, muitas vezes as áreas de disposição são manejadas incorretamente, devido inexistência de investimentos financeiros e métodos inadequados de compactação, cobertura drenagem dos efluentes e dissipação dos gases (LOPES, 2004).

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de agosto de 2010) os resíduos sólidos se definem como material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010). Para a NBR 10.004 (2004), da Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT) os resíduos sólidos se dividem em três classes: Classe I – Perigosos; Classe IIA – Não inertes e Classe II B - Inertes.

Particularmente, os resíduos sólidos urbanos podem ser naturalmente caracterizados através da produção per capita, que é definida como a produção diária média de cada habitante na cidade, e facilmente obtida pela razão do peso total de lixo coletado em um dia e o número de habitantes da cidade em estudo. Fatores importantes que intervêm na produção de resíduos sólidos: densidade populacional, poder aquisitivo e, principalmente, hábitos de consumo. Esse quadro se agrava com a constatação de uma evidente tendência de crescimento da geração de lixo que podem ser medido em termos absolutos (toneladas/dia) ou em termos relativos (quilograma/habitante-dia).

A poluição do solo e de águas superficiais e subterrâneas, provocada por resíduos sólidos urbanos, passou a ser motivo de estudos em todo o mundo, principalmente nos países industrializados, dado ao reconhecido potencial poluidor e o grande volume gerado diariamente. A possibilidade de contaminação ambiental, associada à necessidade de grandes áreas para a disposição e tratamento, tornou a solução para o problema do lixo urbano um dos mais sérios desafios para as administrações públicas municipais. Assim, a disposição dos resíduos sem nenhum controle acarreta graves consequências: contaminação do ar, do solo, das águas superficiais e subterrâneas, criação de focos de organismos patogênicos, agravando impactos na saúde pública. O manejo inapropriado de resíduos gera desperdícios, contribui assim para a manutenção das desigualdades sociais, consiste em uma ameaça constante a saúde pública e agrava a degradação ambiental, comprometendo a qualidade de vida da população e o equilíbrio dos ecossistemas (SCHALCH et al., 2000).

Considerado como o método mais comum de disposição final nos municípios brasileiros, o lixão ou vazadouro é a forma mais inadequada de disposição de resíduos sólidos, e é caracterizada pela simples descarga dos resíduos sobre o solo, associado à incineração a céu aberto. Os problemas causados por este método de disposição final não se limitam às áreas próximas ao depósito, e tem uma repercussão estética, sanitária, ambiental e social negativas.

No Brasil, estima-se que mais de 90% do lixo é jogado a céu aberto, gerando uma ameaça constante de epidemias, pois os lixões fornecem condições propícias para a proliferação de doenças (ROUQUAYROL; ALMEIDA FILHO, 1999). Além da liberação de gases, a decomposição do lixo gera o chorume, líquido que contamina o solo e a água por compostos orgânicos e íons metálicos (BRAGA et al. 2002).

Os resíduos sólidos dispostos a céu aberto também favorecem a proliferação de mosquitos, moscas, baratas e ratos, os quais são vetores de inúmeras doenças ao homem, tais como a febre tifóide, salmonelose, disenterias e outras infecções. Além destes insetos e roedores, constata-se a presença de animais domésticos nessas áreas, como cachorros e gatos que, junto com as aves, podem transmitir a toxoplasmose (ROUQUAYROL e ALMEIDA FILHO, 1999). Assim, as áreas destinadas à disposição do lixo, sem a infraestrutura adequada para evitar os danos

consequentes dessa atividade, têm seu uso futuro comprometido e são responsáveis pela degradação ambiental das regiões sob sua influência (SISSINO; MOREIRA, 1996).

A parcela da população mais exposta aos efeitos da má disposição final dos resíduos sólidos urbanos é a referente aos moradores do entorno da área de deposição. Nesse caso, o mau cheiro que carrega gases tóxicos, bem como a fumaça advinda da queima de resíduos e a presença de insetos são os aspectos mais graves. Outro grupo exposto aos riscos dos lixões são os chamados catadores que existem em praticamente todos os vazadouros de resíduos. Ao remexerem os resíduos vazados, à procura de materiais que possam ser comercializados ou servir de alimentos, os catadores estão expostos a todos os tipos de riscos de contaminação presentes nos resíduos, além dos riscos à sua integridade física por acidentes causados pelo manuseio dos mesmos e pela própria operação do vazadouro (FERREIRA; ANJOS, 2001).

A ocupação de catadores de lixo existe, informalmente a cerca de cinquenta anos no Brasil. Os catadores de materiais recicláveis, nome dado formalmente à profissão desde 2001 no Código Brasileiro de Ocupações, são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis. Estima-se que entre 500 e 800 mil pessoas sobrevivam hoje da catação de material reciclável. Por outra via, a reciclagem tem sido altamente estimulada pelo valor e pela importância que a reciclagem vem alcançando hoje, bem como pelo crescimento da receita da indústria de reciclagem no país. De forma paradoxal, no entanto, os catadores são expostos a um ambiente de trabalho com condições indignas (SOUSA e MENDES, 2006).

OBJETIVO

Avaliar os níveis de percepção e a caracterização socioeconômica dos catadores de resíduos na área municipal de Sumé no Semiárido paraibano.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Cariri paraibano, localizado este na franja ocidental do planalto da Borborema e mais particularmente na porção central, referente ao estado da Paraíba (MOREIRA, 1988). Composto, segundo o IBGE, por 29 municípios, o Cariri (que é dividido em duas microrregiões: Cariri Ocidental e Cariri Oriental) ocupa uma área de 11.233 km² e, segundo o censo de 2000, possui uma população de 173.323 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 habitantes por km². Inserido em plena "diagonal seca", onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do Semiárido brasileiro, com médias anuais históricas inferiores a 400 mm, seu clima regional (BSwh') caracteriza-se por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 26 °C), fracas amplitudes térmicas anuais e chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares. No Cariri, a natureza edáfica é de "solos salinos, em alguns casos, jovens e pedregosos que refletem sobre a atividade agrícola e a ocupação do espaço, que mesmo sendo de povoamento aproximado de 350 anos, apresenta baixos índices de densidade populacional. A base da produção mineral é ao norte e a agropecuária de fraco rendimento. Já se destacaram cultivos industriais como o sisal e o algodão arbóreo, além de ciclos de irrigação em Sumé, Boqueirão, Congo e Camalaú, com ênfase para as culturas do tomate e pimentão. O crescimento da pecuária extensiva, resultante principalmente da extinção destas e de outras culturas, propiciou a expansão de culturas de suporte (ao sudeste), tipo palma forrageira e capim buffel (MOREIRA, 1988).

Relacionado à sua base econômica, segundo o MDA, o Cariri paraibano é um "território rural", o que fica comprovado pelo perfil econômico da região, pois "os produtores agropecuários ainda representam os principais atores econômicos do Cariri, apesar da crise do setor", congregando 70% da população economicamente ativa, com forte presença de agricultores familiares (BAZIN, 2003).

Inserido nesta região, o trabalho foi executado no município de Sumé. Este local foi definido pelos poucos estudos desenvolvidos desta natureza na região. Nesse sentido, relacionado as suas características tem-se que Sumé encontra-se localizado na microrregião do Cariri Ocidental entre as coordenadas geográficas 07°40'18" de Latitude Sul e 36°52'48"

Longitude Oeste. De acordo com o IBGE (2010), sua população atual é estimada em 16.072 habitantes. A área territorial é de 864 km², encontra-se a 532 m de altitude e está a 250 km da Capital João Pessoa e a 130 km de Campina Grande. Considerando a sua área territorial e pelo tamanho de sua população e economia da cidade, baseada principalmente na agricultura, os resíduos produzidos neste município são, em sua grande maioria, de origem domiciliar, seguido por aqueles gerados pelos agentes de saúde (hospital, clínicas médicas, etc).

As ações foram executadas pela equipe de professores e alunos do CDSA/UFCG no ano de 2012. De modo geral, os dados foram trabalhados através de pesquisa bibliográfica, registro fotográfico, visitas in loco e visitas domiciliares. A Pesquisa Bibliográfica foi utilizada como definição dos principais eixos temáticos do trabalho. As visitas in loco, foram passos essenciais para a definição dos atores chaves e para aplicação dos questionários e visualização dos elementos centrais da Proposta de Plano de Ação para o Lixão Municipal de Sumé.

Para o levantamento das condições ambientais da área e dos aspectos socioeconômicos dos atores sociais relacionados ao lixão municipal de Sumé, a pesquisa centrou na coleta de informações mediante a aplicação de questionários e observações de campo. Para a aplicabilidade, houve uma apresentação rápida do trabalho, além de esclarecimentos com relação à confidencialidade da pesquisa. O questionário foi elaborado de forma a conhecer o nível de percepção socioambiental dos catadores de resíduos sólidos recicláveis atuantes no lixão. Para a análise dos dados foi utilizado o programa Excel. Durante todo esse processo foram integrados agentes ambientais voluntários para a capacitação do processo de identificação e mitigação dos impactos observados na área do lixão municipal de Sumé.

A organização dos dados obedeceu aos princípios da etnometodologia. Isto encontra fundamentos em trabalhos como os de Haguette (1997) que vem discutindo que a etnometodologia estuda e analisa as atividades cotidianas dos membros de uma comunidade ou organização, procurando descobrir a maneira como eles as tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja, como eles as consideram válidas, uma vez que a reflexibilidade sobre o fenômeno é uma característica singular da ação. As informações resultantes da aplicação dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa com os atores sociais, foram analisadas levando em consideração as perspectivas individuais e de grupos e ainda sendo estas tratadas segundo os princípios da etnoecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Lixão Municipal de Sumé: caracterização dos níveis de degradação ambiental e suas consequências

Os resíduos sólidos, por serem inesgotáveis, tornam-se um sério problema, pois diariamente grandes volumes de resíduos de toda natureza são descartados no meio urbano, necessitando de um destino final adequado. Entretanto, a escassez de recursos técnicos e financeiros vem limitando os esforços no sentido de ordenar a disposição dos resíduos, que terminam por ser lançados diretamente no solo, no ar e nos recursos hídricos. Isso acarreta a poluição e degradação do meio ambiente, perdas econômicas e reduz a qualidade de vida do homem, onde muitos passam a viver exclusivamente da atividade de catação destes resíduos dispostos inadequadamente. A configuração deste quadro foi registrada na área urbana do município de Sumé, semiárido paraibano. Assim, o município de Sumé gera em torno de 30 toneladas de lixo doméstico por semana, os quais eram dispostos no ano de 2012 em área de “lixão” localizado na zona urbana e distante 2,54 km do centro da cidade. Neste período era situado em área contígua ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande. O lixão municipal ocupava uma área de 10,83 ha. Nesse sentido, tem-se evidenciado os níveis crescentes de impactos sociais e ambientais provocados pelo lixão municipal de Sumé.

Os Catadores de Rua e na Área do Lixão Municipal de Sumé: Perfil Social e Econômico

Catadores de Rua. Considerando o cenário que se define pelo alto índice de desemprego tem-se registrado que a estratégia de sobrevivência encontrada pela população de excluídos é "coletar lixo" como forma de obter a renda para o próprio sustento. Nesse sentido, seja em lixões, em ditos "aterros sanitários" ou ainda em usinas de reciclagem por todo país, ao catar e separar os materiais recicláveis o catador constitui atualmente um importante elo do sistema de reciclagem (SIQUEIRA; MORAIS, 2009). As categorias elencadas para o perfil de catadores se mostram da seguinte forma: catadores de rua, catadores cooperados e catadores de lixão (SIQUEIRA; MORAIS, 2009; FERREIRA; ANJOS, 2001; GRIMBERG; BLAUTH, 1998). Para estes autores, considera-se catador de rua os atores sociais que coletam em sacos de lixo dispostos pela população na rua, pelo comércio local ou pelas indústrias, tendo sua própria carroça ou qualquer outro transporte adaptado para carga. A categoria dos cooperativados e autogestionários são aqueles catadores que executam serviço de coleta seletiva de qualidade, de maneira articulada e organizada, gerando trabalho e renda. Relacionados diretamente a exclusão social, os catadores de lixão, são aqueles que fazem a catação diretamente nos lixões dos municípios e que estão desvinculados de qualquer assistência e organização.

Na pesquisa com os catadores de rua no ano de 2012 foram aplicados oito questionários, sendo quatro mulheres e quatro homens, com idade variando entre 22 e 70 anos. Levando em conta o nível de escolaridade tem-se que cinco são analfabetos e três não concluíram o ensino fundamental. Apenas três dos atores amostrados tem filhos que estudam. Residem em média duas pessoas por casa sendo que na casa com maior número de residentes moram quatro e com menor número moram duas. As casas são de alvenaria e possuem energia elétrica. O abastecimento de água em sete casas é realizado pela Cagepa e em apenas uma casa o abastecimento é feito através de poços públicos. Dentre os oito catadores três residem no município de Sumé desde que nasceram e os outros cinco são naturais de cidades circunvizinhas. A pesquisa mostrou que os oito catadores sobrevivem exclusivamente do trabalho de catação. A renda média familiar mensal para quem sobrevive da coleta dos resíduos na rua é R\$ 200,00. Do total amostrado apenas três já moraram na zona rural, porém os sete catadores de rua têm pais agricultores e apenas uma catadora tem o pai que é carvoeiro. Os trabalhos são desenvolvidos durante os sete dias da semana, sendo que os dias de trabalho mais intenso são segundas, terças e quartas-feiras, que são os dias de coleta do lixo domiciliar. Para conseguir retirar os materiais que podem ser reciclados os catadores de ruas saem de casa às 04h00min da manhã. Os catadores desenvolvem o seu trabalho individualmente não havendo delimitação das ruas em que eles podem catar. Nas ruas da cidade é possível observar catadores de rua com carrinhos confeccionados com material de geladeira e madeira, os quais são retirados do lixo que eles catam, uma vez que os mesmos não têm condição de comprar um carrinho para trabalhar.

Os catadores relatam que a sociedade se sente incomodada com o trabalho realizado, justificando essa atitude pelo barulho praticado pelos catadores no momento de coleta. Assim, além deste incômodo tem-se também a desorganização do lixo disposto nas portas. Isso evidencia o preconceito da sociedade em relação a esses profissionais. Por trabalharem nas ruas os catadores são chamados de marginais, pois a sociedade não reconhece o valor dessa classe de trabalhadores, que desempenham uma função digna e honesta. Porém a sociedade incomodada não pode impedi-los de lutar pela sobrevivência e direito a vida.

A constituição da República Federativa do Brasil no capítulo II art. 6º diz que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados na forma desta constituição - EC nº26/200 (BRASIL, 1999). Isto impõe uma reflexão sobre a história de vida de dois catadores, que construíram um barraco nas margens da BR 412 (saída de Sumé para Campina Grande). Esse barraco foi construído com pedaços de madeira coletados pelos mesmos nas ruas da cidade. Assim, diante do contexto relacionado aos catadores que desempenham uma importante função socioeconômica e ambiental fica a seguinte pergunta: será que os direitos

sociais a moradia e assistências estão sendo cumpridos? Neste aspecto, autores como Freitas e Ferreira (2015) coloca que apesar do mercado do lixo gerar ocupação e renda, se configura ainda como um mercado incipiente. Seu sistema organizacional poderá elevar uma rede de autogestão de classificadores de material reciclável em espaços mais adequados ao desenvolvimento da atividade, condição que resgatará a dignidade de uma atividade decente, a esses atores sociais da sustentabilidade ambiental.

Portanto, os dados apontam um papel significativo desempenhado pelos catadores em relação ao processo de reciclagem, uma vez que o fruto do seu trabalho é o ponto de partida para o abastecimento de matérias primas nas indústrias recicladoras. Além disso, os catadores são profissionais que limpam as ruas da cidade, e por isso precisam de políticas públicas que possibilitem melhores condições de trabalho.

Catadores no Lixão Municipal

Foram aplicados dez questionários no ano de 2012, sendo cinco mulheres e cinco homens, com idade variando entre 21 e 58 anos. Levando em conta o nível de escolaridade tem-se que cinco são analfabetos e apenas um iniciou o ensino médio. Dos dez catadores três são casados e sete são solteiros e a família com menor número de filhos tem dois e com maior número tem três filhos. Apenas quatro tem filhos que estudam. Em cada casa residem em média duas pessoas. Na casa com maior número de residentes moram cinco pessoas.

Do total amostrado, cinco reside no Município de Sumé desde que nasceram os outros cinco entrevistados são naturais de cidades circunvizinhas. A pesquisa mostrou que seis entrevistados sobrevivem exclusivamente do trabalho como catador uma vez que, dos outros quatro, um tem bolsa família, dois participam do programa fome zero, e uma trabalha como costureira para complementar a renda familiar mensal. A renda média familiar mensal para quem sobrevive da catação é de R\$ 175,00. Os resultados amostrados da renda oriunda da catação são superiores aos resultados obtidos em uma pesquisa realizada em Salvador na Bahia, onde Oliveira (2011), encontrou uma proporção igual entre mulheres e homens em um grupo de dez catadores que atuavam em uma cooperativa do município, este mesmo grupo tinha renda entre R\$ 100,00 a R\$ 150,00, uma média de 4,9 pessoas por residência e apenas 20% residiam em imóveis próprios.

Embora por um período muito curto, em dois casos os entrevistados já moraram na zona rural. Assim, uma vez que a agricultura não supria a necessidade familiar, decidiram migrar para zona urbana, em busca de oportunidades e como não tiveram nenhum êxito na procura de emprego começaram então com o trabalho como catadores, realizado na área do lixão. Quanto ao tamanho de suas residências não foi possível obter um resultado preciso, uma vez que eles mesmos não têm conhecimento do tamanho da área construída, entretanto a observação in loco denotou que normalmente são casas pequenas e em condições estruturais precárias. Normalmente os catadores do lixão trabalham seis dias da semana.

O lixão se tornou para os catadores um local que alimenta e oferta abrigo. Entretanto, o espaço e seu trabalho oferecem riscos constantes uma vez que sua função é desempenhada sem nenhum tipo de proteção.

Exemplo do cenário apontado é o contato direto com lixo domiciliar e com o lixo hospitalar. Dois catadores relataram que já se feriram várias vezes com as agulhas das seringas, quando perguntado se eles não tinham medo de se contaminar eles colocaram: “sim senhora, mas conto com a misericórdia de Deus, pois não posso deixar de trabalhar”.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (2012) nesses ambientes de trabalho a exposição dos catadores a diversas substâncias nocivas a saúde, dentre elas as substâncias cancerígenas, ao lidar com resíduos domésticos, industriais, hospitalares, comerciais dentre outros, onde não há nenhum tipo de segregação do mais contaminado para o menos contaminado possui potencial para alterar a estrutura do genoma e/ou a expressão da informação genética, aumentando o risco para o desenvolvimento de câncer.

Embora sendo uma importante atividade socioeconômica, a percepção dos catadores se revestem na falta de reconhecimento de sua função pelas pessoas presentes na área do entorno.

Percebidos como lixeiros o discurso revela: “nós somos como animal que vai todo dia pro lixão tirar a sobrevivência”. Um dos catadores informou que algumas crianças iam para o lixão a procura de biscoitos recheados e iogurtes para matar sua fome. Embora aconselhassem o não consumo dos alimentos vencidos, uma vez que poderia prejudicar a saúde, as crianças não levavam isso em conta e colocavam que o importante mesmo era matar a fome que eles estavam sentindo, pois aquilo que não mata engorda. Em pesquisa realizada por Peixoto et al. (2016) em Salvador na Bahia registrou-se um catador afirmando também consumir alimentos provenientes da coleta.

Considerando o cenário apontado observa-se a necessidade da adoção de políticas públicas adequadas para manter as condições ambientais apropriadas ao bem estar aos habitantes de Sumé, os quais são cidadãos brasileiros e como tais têm direito de gozar dos direitos garantidos pelo artigo 225 da Carta Magna: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1999).

Portanto, os dados apontam para a precariedade das atividades exercidas pelos catadores no lixão Municipal de Sumé. Além disso, os mesmos trabalham em situações desumanas e o dinheiro que é tirado mensalmente com a venda de materiais recicláveis não é suficiente para suprir as necessidades básicas da sua família. Trata-se de uma classe de trabalhadores que não recebem o real reconhecimento da sociedade apesar do grande significado das ações exercidas do ponto de vista de valoração e conservação dos recursos naturais. De acordo com Silva et al. (2014) as condições precárias e insalubres com as quais esses trabalhadores convivem se apresentam de forma similar em diferentes em várias regiões do Brasil. Para os autores a falta de comprometimento da sociedade e do poder público com o destino dos seus resíduos, bem como a falta de consciência da importância desses trabalhadores no processo de gestão desses resíduos, contribuem para a manutenção dessa situação.

CONCLUSÕES

Constata-se que o quadro registrado dos resíduos sólidos nos municípios de pequeno porte de forma geral é muito complexa e preocupante dentre os problemas ambientais. Nesse sentido, é de fundamental importância apresentar alternativas sistemáticas para a implementação de políticas de gerenciamento dos recursos naturais na escola, na universidade e na sociedade, objetivando a formação de consciências individuais e coletivas no sentido de alcançarmos a sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

- ABNT. NBR 10004. ABNT. Resíduos Sólidos: Classificação. No 01.043. NBR 10004.
- BAZIN, F. **Plano de desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano**. Campinas: MDA/FAO, 2003.
- BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002. v. 1.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional número 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.
- FERREIRA J. A.; ANJOS L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 689-686, 2001.
- FREITAS, D. G.; FERREIRA, F. P. M. Perfil dos catadores de materiais recicláveis nos lixões de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 1-15, 2015.

GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Pólis, 1998.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho**. Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Prevenção e Vigilância, Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente; organizadora Fátima Sueli Neto Ribeiro. Rio de Janeiro: Inca, 2012.

LACERDA, A. V. Sustentabilidade nas Ciências Humanas e nas Ciências Exatas. Anais do I Seminário Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade no Semiárido, Sumé-PB, p. 551-557, 2013.

LOPES, A. A.; SCHALCH, V. Gestão integrada dos resíduos sólidos e a minimização dos impactos ambientais. Anais do Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável, Florianópolis, 2004.

MOREIRA, E.R.F. (Org.). **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

OLIVEIRA, D. A. M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia**. Salvador, 2011. Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia.

PEIXOTO, M. T. et al. Catadores de lixo do conjunto habitacional Feira VI: Condições socioeconômicas e riscos à saúde. **Revista de Saúde Coletiva da UEFES**, v. 5, n. 1, p. 46-50, 2016.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde pública**. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

SCHALCH, V.; LEITE, W. C. A.; FERNANDES JUNIOR, J. L.; CASTRO, M. C. A. A. **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, 2000.

SILVA, D. N. et al. Diagnóstico Socioambiental da Comunidade de Catadores de Lixo de Paudalho (PE-Brasil). **Iniciação Científica Cesumar**, v. 16, n. 2, 2014.

SIQUEIRA, M. M.; MORAES, M. S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, 2009.

SISSINO, C. L. S.; MOREIRA, J. C. Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, Niterói, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 12, n. 4, p. 515-523, 1996.

SOUSA, C. M.; MENDES, A. M. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal. **Estudo exploratório. rPOT**, v. 6, n. 2, p. 13-42, 2006